

PORTUGUÊS **COMO**
LÍNGUA **ESTRANGEIRA**
NA UESC: QUESTÕES
IDENTITÁRIAS
E CULTURAIS



Universidade Estadual de Santa Cruz

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

JAQUES WAGNER - GOVERNADOR

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

OSVALDO BARRETO FILHO - SECRETÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

ADÉLIA MARIA CARVALHO DE MELO PINHEIRO - REITORA

EVANDRO SENA FREIRE - VICE-REITOR

DIRETOR DA EDITUS

JORGE MORENO

Conselho Editorial:

Maria Luiza Nora – Presidente

Evandro Sena Freire

Antônio Roberto da Paixão Ribeiro

Dorival de Freitas

Fernando Rios do Nascimento

Jaênes Miranda Alves

Jorge Octavio Alves Moreno

Lino Arnulfo Vieira Cintra

Marcelo Schramm Mielke

Maria Laura Oliveira Gomes

Marileide Santos Oliveira

Lourival Pereira Júnior

Raimunda Alves Moreira de Assis

Ricardo Matos Santana

Maria D'Ajuda Alomba Ribeiro
Organizadora

Português como
Língua Estrangeira
na UESC:
Questões identitárias e culturais

COLABORADORES TÉCNICOS

Bruno Calheira
Gisane Souza Santana
Neima Francineth de Souza

Ilhéus - Bahia



2012

©2012 by MARIA D'AJUDA ALOMBA RIBEIRO

Direitos desta edição reservados à
EDITUS - EDITORA DA UESC
Universidade Estadual de Santa Cruz
Rodovia Ilhéus/Itabuna, km 16 - 45662-900 Ilhéus, Bahia, Brasil
Tel.: (73) 3680-5028 - Fax: (73) 3689-1126
<http://www.uesc.br/editora> e-mail: editus@uesc.br

PROJETO GRÁFICO E CAPA

George Pellegrini

REVISÃO

Aline Nascimento

Maria Luiza Nora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P839 Português como língua estrangeira na UESC : questões identitárias / Organizadora Maria D'Ajuda Alomba Ribeiro; colaboradores técnicos: Bruno Calheira, Gisane Souza Santana, Neima Francineth de Souza. – Ilhéus, BA : EDITUS, 2012. 248 p.: il.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7455-291-0

1. Língua portuguesa – Estudo e ensino – Falantes estrangeiros. 2. Língua portuguesa – Estudo e ensino (Superior). 3. Identidade. 4. Língua portuguesa – Compêndios para estrangeiros. I. Título.

CDD 469.824



QECR E O ENSINO DE PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA: AUTONOMIA E ALTERIDADE

Alex Pereira de Araújo¹

INTRODUÇÃO

O Quadro Europeu Comum de Referência para as línguas (daqui para frente QECR), do ponto de vista político, constitui um documento para fortalecer a idéia de uma Europa plurilíngüe, portanto, a ideia de fomentar o ideal de uma cidadania europeia, possibilitando a mobilidade de seus habitantes, a cooperação econômica e científica entre os Estados membros da União Europeia. Como língua europeia, isto é, surgida e presente no Velho Mundo, o português também está sujeito a esta política linguística, expressa no QECR, uma vez que Portugal integra o bloco. Assim, como produto e representação linguística da lusofonia, a língua portuguesa começa a ampliar suas fronteiras fora de Portugal na modalidade de língua estrangeira (doravante PLE), e o seu ensino está sob a tutela do QECR, ao menos nos limites da União Europeia (U.E.). Este contexto é bem diferente

1 Mestre em Letras: Linguagens e representações pelo Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. *E-mail:* alexscacba@yahoo.fr.

daquele da expansão marítima mercantilista iniciada a partir do final do século XV, quando a língua viajou por mares nunca antes navegados, alcançando os quatro cantos da terra. Hoje, Portugal é uma dentre várias nações que têm o português como língua mãe ou como segunda língua (aquela que convive paralelamente com outras línguas nacionais, caso de Angola, Moçambique etc.), num contexto de pós-colonialismo, de pós-modernismo e de globalização.

Na América Latina, sobretudo na América do Sul, a procura pelo PLE tem tido um crescimento considerável, a exemplo do que ocorre no Brasil com o castelhano como língua estrangeira (ou espanhol, como é mais conhecida aqui). O desempenho econômico do Brasil e sua "liderança", dentro e fora do MERCOSUL, parecem justificar tal crescimento. Entretanto, ao contrário do que ocorre com o ensino do PLE na Europa, no continente americano, não há qualquer documento como QECR que sirva de referência para o ensino do PLE. Além disso, as ações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa são muito tímidas, se comparadas às ações de fomento, cooperação da Francofonia. Falta uma política mais consistente em relação ao Português. No entanto, o PLE segue o conselho do poeta: "navegar é preciso". Ou melhor, é preciso ganhar o mundo novamente, conquistando o seu lugar de direito como "língua de cultura" no cenário internacional. Para evitar incidentes políticos com os antropólogos, sociolinguistas e etnólogos, esclareçamos a frase posta entre aspas, é "a língua que permite o acesso à cultura e que é ela mesma patrimônio cultural, pelo que possui de cultura acumulada (literária, científica, filosófica, teológica) através dos séculos" (ELIA, 1989). Embora tal conceito pareça ter relação com a ideologia do Marquês de Pombal, que impôs o uso do Português no Brasil, proibindo, dessa forma, o uso de quaisquer línguas ameríndias,

como mostra o texto do Diretório de 1757:

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as nações que conquistaram novos domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indispensável, que este é um meio dos mais eficazes para desterrar dos povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes e ter mostrado a experiência que, ao passo que se introduz neles o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração e a obediência ao mesmo Príncipe (CUNHA, 1985 apud SOARES, 2004, p. 159-160).

Todos esses motivos aqui apresentados, são frutos de interesses políticos e econômicos quer individuais quer estatais. Eles fazem a onda linguística se movimentar, isto é, a motivação para aprender uma língua estrangeira está quase sempre ligada a fatores histórico-sociais que contribuem para a escolha dessa língua, dado valor linguístico que ela adquire como observa Gnerre (1994, p. 6-7):

Uma variedade linguística 'vale' o que 'valem' na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais. Esta afirmação é válida, evidentemente, em termos 'internos' [...] e em termos 'externos' pelo prestígio das línguas no plano internacional.

Exemplificando no dizer de Moita Lopes (1996: 129-130):

A preferência pelo inglês está obviamente relacionada à importância inegável do inglês como língua internacional, o que se deve ao poder econômico da Inglaterra e dos Estados Unidos na primeira e na segunda metades deste século, respectivamente, e à penetração do inglês como língua do novo imperialista (Estados Unidos).

Com efeito, não há neutralidade política nas questões linguísticas. A política aqui não é vista como algo negativo ou po-

sitivo, mas como algo humano (relações de poder daqueles que lidam com o poder de poder sobre outrem) e como nos lembra Jacques Derrida (1999, p.71): “A invenção política, a adesão e a responsabilidade políticas consistem em encontrar a melhor ou mesmo a pior legislação; este é o evento que deve ser reinventado a cada vez.”. É nessa perspectiva, mais que crítica, que buscamos analisar o QECR, deixando subentendida a *desconstrução*, a forma interrogativa do pensamento em termos derridiano.

1. DESCONSTRUÇÃO DO QUADRO EUROPEU COMUM DE REFERENCIA NO SEU CONTEXTO POLÍTICO-EDUCATIVO

A União Europeia é uma organização internacional constituída atualmente por 27 estados-membros e tem, em todas as suas instituições, 23 línguas oficiais e de trabalho. O Colégio de Comissários funciona, contudo, negociando com documentos apresentados em inglês, francês e alemão. Por que apenas estas 3 línguas? Foi esse bloco econômico que instituiu o Quadro Europeu Comum de Referências para as Línguas com o intuito de “fornecer uma base comum para a elaboração de programas de línguas, linhas de orientação curriculares, exames, etc.” (Conselho Europeu, 2001, p.19) e fomentar o plurilinguismo. Seria apenas isto? Por que formentar o plurilinguismo?

Passemos à análise desconstrutiva de sua estrutura, concepções políticas e linguísticas de abordagem das línguas presentes no limite político da U.E. O título deste trabalho traz duas palavras que irão nortear a nossa reflexão: autonomia e alteridade, que pressupõem outras duas, identidade e sujeito, além da própria língua e do ensino dessa língua.

Começemos por alteridade, cujo uso generalizado e simplificado requer esclarecimento. O QECR afirma que “os indivíduos estabelecem relações com um vasto conjunto de grupos sociais

que se sobrepõem e que, em um conjunto, definem a sua identidade” (Conselho da Europa, 2001, p.19). Seria isso, alteridade? Para Oliveira (2006, p.36) a alteridade é vista como elemento constitutivo do “eu”, em graus e relações diferenciadas, sendo esta uma posição de autores como Levinas, Buber, Freud e Marx. Assim, a alteridade se constitui na relação com o outro em que me identifico como não-outro. Nesse sentido, quando um sujeito que se diz “eu”, em uma língua, já está tomando a modalidade identificatória, não uma identidade que “nunca é dada, recebida ou alcançada”, mas sim o processo indeterminável, indefinidamente fantasmático da identificação. (DERRIDA, apud GRIGOLETTO, 2006, p.24). Uma cidadania multicultural, desejada pela U.E., passa antes pelas questões da alteridade e da identidade. No entanto, como diz Pêcheux (apud ORLANDI, 2006, p. 205): “a alteridade tem, no mundo capitalista, um estatuto quase biológico, que deve ser transformado politicamente. O reconhecimento da diferença, no sistema capitalista, não implica em sua aceitação”. Diniz (2007, p.326) analisando o discurso do QECR e a gramatização na U.E. como mudanças nas formas do poder na contemporaneidade observa que:

O discurso do “Quadro Europeu comum de referência para as línguas” parece se inscrever em uma formação discursiva que se configura em um novo real sócio-histórico, marcado por uma certa transferência do poder do Estado para o Mercado. Tal transformação produz efeitos no processo de interpelação ideológica do indivíduo em sujeito. Configura-se então um sujeito que, para “ser bem-sucedido”, deve dominar diferentes línguas. Se, na Idade Moderna, a língua nacional era um elemento central para a construção da identidade nacional – e, assim, da própria cidadania –, na Contemporaneidade, a aprendizagem de diferentes línguas aparece como requisito para uma espécie de “cidadania transnacional”, marcada pela discursividade do Mercado.

Essa nova cidadania, baseada nos conceitos de plurilingüismo e pluralidade cultural, é necessária para que a U.E. possa existir como poder institucionalizado. Assim: “Para se tornarem cidadãos, os sujeitos devem, portanto, se liberar dos particularismos históricos que os entravam: seus costumes locais, suas concepções ancestrais, seus ‘preconceitos’ [...] e sua língua materna.” (GADET e PÊCHEUX, 2004, p.37). Com isso, resolve-se o problema da xenofobia e as manifestações ultranacionalistas, considerados “como obstáculo à mobilidade e integração europeias, ou mesmo como uma enorme ameaça à estabilidade na Europa e ao funcionamento saudável da democracia.” (Conselho da Europa, 2001, p.22). No entanto, podemos dizer que essa relação de cidadania nacional e cidadania transnacional (exemplificando: cidadania lusitana x cidadania européia): “É uma relação de tensão; essa hospitalidade é tudo, menos fácil e serena” (DERRIDA apud PERRONE-MOISÉS, 2006, p. 27).

A lógica do Mercado presente no QECR é bem clara quando diz que visa “preparar todos os estados para os desafios da enorme mobilidade internacional e de uma cooperação mais próxima não só nos domínios da educação, cultura e ciência, mas também nos domínios do comércio e da indústria” (Conselho da Europa, 2001, p.22). Na verdade, a cidadania europeia é regida pela dinâmica de Mercado da U.E., que exige a configuração de uma nova cidadania, uma cidadania transnacional (europeia). Assim, para Diniz (2007.): “Tais mudanças produzem conseqüências na interpelação do sujeito: já não se trata mais do cidadão produzido pelas instituições disciplinares, mas do consumidor instalado pelas práticas do Mercado”. Tudo foi pensado para *reforçar* a ideia de uma *cidadania européia de consumo ou de mercado*. Vejamos um outro exemplo no QECR:

Os actos de comunicação com um ou mais interlocutores são geral-

mente levados a cabo pelo utilizador da língua para satisfazer as suas necessidades numa dada situação. No domínio privado, pode haver a intenção de conversar com um visitante e trocar informações sobre a família, os amigos, aquilo de que se gosta ou não gosta, comparar experiências e atitudes, etc. No domínio público, a intenção será fazer negócio, por exemplo, para comprar roupas de boa qualidade a um preço razoável. No domínio profissional, poderá ser a compreensão de novas regras e suas implicações para o cliente... (Conselho da Europa, 2001, p. 85, grifo nosso)

Retomemos a alteridade. Podemos dizer que ela e a identidade caminham juntas no processo de constituição do “eu”, envolvendo o outro. Logo, eu sou aquilo que pensam de mim e aquilo que penso que os outros pensam de mim, ou melhor; uma espécie de *je pense (et je suis pensé) donc je suis*, o qual seria esse movimento de se identificar a partir da relação social e dialógica com o outro, condição de ser da alteridade. Dessa forma, Marx afirma que “o ser humano é o conjunto de relações sociais”. Para compreender essa nova ordem europeia, que exige uma cidadania europeia, que é uma cidadania de Mercado, do Mercado Comum Europeu (primeiro nome para a U.E.) é preciso compreender a alteridade e da identidade, uma vez que a relação de consumidor também é uma relação com o outro, portanto relação social. O plurilinguismo se configura a partir da relação alteridade/identidade. E aceitá-lo significa aceitar a cidadania europeia, de forma a se liberar dos particularismos históricos que os entravam: seus costumes locais, suas concepções ancestrais, seus “preconceitos”, como foi dito antes. Essa aceitação é atribuída a uma competência cultural:

O plurilinguismo tem que ser visto no contexto do pluriculturalismo. A língua não é apenas um aspecto fundamental da cultura, mas é também um meio de acesso a manifestações culturais. [...] Na **competência cultural** de um indivíduo, as várias culturas (na-

cional, regional, social) às quais esse indivíduo teve acesso não co-existem simplesmente lado a lado. São comparadas, contrastam e integrada, a qual a competência pluricultural enriquecida e integrada, da qual a competência plurilíngue é componente que, por seu turno, interage com outras componentes. (Conselho da Europa, 2001, p. 25; grifo nosso)

É esta competência que irá permitir ao indivíduo o acesso a uma nova cultura: a transnacional dentro da comunidade pan-europeia, co-existindo com as demais. Assim, aqueles que não a possuem, não têm competência para viver nesse contexto. É o outro lado da moeda, na lógica cartesiana. Dito de outra maneira, nas palavras de Derrida (2006, p.204), ao analisar o *Essai sur l'origine des Langues* de Rousseau:

O desejo deseja a exterioridade da presença e da não-presença. Esta exterioridade é uma matriz. Entre todos seus representantes (exterioridade da natureza e de seus outros, do bem e do mal, da inocência e da perversidade, da consciência e da não-consciência, da vida e da morte etc.), ele é um que requer agora uma atenção particular. [...] É a exterioridade da dominação e da servidão, ou da liberdade e da não-liberdade. Entre todos estes representantes, a exterioridade da liberdade e da não-liberdade tem, talvez, um privilégio.

Nesse caso, temos uma questão (ou o desejo) de aceitação e não aceitação da referida cidadania, de se identificar ou não com ela, vista no QECR como uma questão de competência necessária para ser um cidadão europeu. Livre é aquele que se liberta das concepções ancestrais, do preconceito e aceita tal cidadania num processo de interpelação do sujeito. Portanto, aquele que possui essa competência, dita cultural, tem liberdade. Contrariando essa idéia, o texto de Derrida (2006, p. 205) diz que: “o que é verdadeiro do cidadão é primeiramente desses seres nus e à mercê do poder de outrem: os recém-nascidos”, i.e., apenas

os recém-nascidos são verdadeiros porque estão ainda livres, depois recebem cadeias e os primeiros tratamentos que exprimem são tormentos. No entanto, numa economia do Livre Mercado, como é a da U.E., este desejo de exterioridade da liberdade e da não-liberdade reúne mais claramente que outros o histórico (o político, o econômico, o técnico) e o metafísico, uma vez que sem esta "liberdade" não há o Mercado. A liberdade é a base do Mercado e, conseqüentemente, base da cidadania europeia. Nesse sentido, temos um tipo de liberdade concebida pelo e para o mercado, que difere da verdadeira liberdade.

Logo, podemos falar de certa autonomia dada ao aprendiz de línguas para que ele exerça o poder de "consumidor livre e regulador" do ensino e da aprendizagem e da avaliação nos diversos cursos, isto é, a cidadania europeia exige de quem a possui, a atitude de consumidor responsável deste Mercado a se aperfeiçoar nas dinâmicas mercadológicas. Dessa forma, o QECR vai conter as regras do jogo, como uma espécie de estatuto para consumir línguas, a exemplo do estatuto de defesa do consumidor existente no Brasil. Daí a existência de um outro mecanismo linguístico chamado de *Portfólio Europeu de Línguas* para registrar tal consumo. Portanto, a autonomia que o QECR confere ao aprendiz de língua, é uma autonomia de consumidor, de escolher o produto conforme sua necessidade e, ao mesmo tempo, regular, fiscalizar tal mercado para que o produto atenda ao seu desejo, que é o desejo da U.E. Assim, esta prática discursiva vai ganhando corpo em conjuntos técnicos, em instituições, em esquemas de comportamentos, em tipos de transmissão e difusão, em formas pedagógicas, que ao mesmo tempo impõe e a mantém. (FOUCAULT, 1997, p.12).

Em suma: "A dinâmica do Mercado se instaura como prática dominante, o que não significa, todavia, que esse substitua o Estado

Nação em suas funções de articulador simbólico.”(DINIZ, 2007, p.365). Tal autonomia tem relação com os princípios iluministas de *liberté, égalité e fraternité* difundidos pela Revolução Francesa.

2 PODER-SABER LÍNGUAS: UM MERCADO DE BENS SIMBÓLICOS

Passemos agora para as questões que envolvem as teorias linguísticas que fundamentam o QECR. A ideia de língua inserida nesse documento é, predominantemente, aquela contida no que chamamos de disco rígido da Lingüística, a saber, a linha formalista-logicista com alguns momentos de inovação e pragmatismo linguístico. Dessa forma, vamos encontrar a ênfase no foco “universalista” a abordagem dos fenômenos da língua e da linguagem, uma vez que ele procura explorar as semelhanças que há entre as línguas para defender a ideia do plurilinguismo. Assim, podemos observar, nas palavras de Foucault (1997, p.19), que poder e saber não estão ligados um ao outro pelo simples jogo dos interesses ou ideologias, uma vez que:

Nenhum saber se forma sem um sistema de comunicação, de registro, de acumulação, de deslocamento, que é em si mesmo uma forma de poder, e que está ligado, em sua existência e seu funcionamento, às formas de poder. Nenhum poder, em compensação, se exerce sem a extração, a apropriação, a distribuição ou retenção de um saber. Nesse nível, não há o conhecimento, de um lado, e sociedade, do outro, ou a ciência e o Estado, mas as formas fundamentais do “poder-saber”.

Dessa forma, para Bourdieu (2005, p.125):

uma das características da ação pedagógica institucionalizada (enquanto inculcação explícita de modelos explícitos) reside no poder de comandar a prática tanto ao nível inconsciente – através dos es-

quem as constitutivos do *habitus* cultivado – como ao nível consciente, através da obediência a modelos explícitos.

Agora, mais do que nunca, será preciso consumir as línguas para exercer o poder que a cidadania europeia irá conferir aos indivíduos (utilizadores competentes, termo do QECR).

Os esquemas apresentados no QECR serão reproduzidos em livros, instituições de ensino etc. Como percebemos, a aquisição e o domínio do capital cultural e linguístico tornam-se uma exigência do mercado dos bens simbólicos. No entanto, percebe-se que o plurilinguismo, que recebe um valor simbólico no QECR, parece valer-se do princípio da igualdade para tornar imperceptível o valor que algumas línguas possuem em relação a outras, como é o caso do inglês, francês e alemão que são falados nos países mais ricos e influentes do bloco e usados nos principais documentos das instituições da U.E. Nessa perspectiva, a própria mobilidade (desejada) obedece a fatores económicos, isto é, os cidadãos de regiões economicamente inferiores sempre migrarão para os grandes centros económicos e, com isso abandonarão seus antigos hábitos. De qualquer forma, línguas serão consumidas por estas línguas como fizeram o império Romano e o latim, e como fez a língua portuguesa com várias línguas existentes no Brasil com a medida do Marquês de Pombal. Então, “Como fazer para que uma nova espécie de inter-nação como a Europa encontre o meio de resistir a qualquer hegemonia linguística que seja, em particular ao anglo-americano?”

3 LÁGRIMAS DE PORTUGAL: DE VOLTA A LUSITÂNIA, PROVÍNCIA DE UM VELHO IMPÉRIO

Iniciemos a conclusão com mais reflexões. Qual seria o futuro do português europeu nesse contexto? Como fica a identidade

(linguística) de Portugal fora e dentro do país? Essa política de instrumentalização ou gramatização das línguas europeias através do QECR não irá promover a “hibridização linguística” na U.E.? Não seria ela uma forma de violência simbólica, uma vez que algumas línguas valem mais que outras?

Nesta nova ordem mundial, a situação do bloco europeu é bastante singular. As instituições da União Européia aos poucos vão “tomando” o poder nas instituições dos diversos Estados que a compõem. A situação da Língua Portuguesa em solo europeu inspira cuidados porque coloca em jogo a identidade de um povo, no sentido de que a identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela, ou melhor, as identidades da língua e do indivíduo têm implicações mútuas (RAJAGOPALAN, 2006, p. 41-42). Por outro lado, o país corre o risco do ostracismo e do isolamento se não aderir a tal política. A saída poderia estar no “Mar salgado”, na pátria linguística que é a língua portuguesa, isto é, em promover o fortalecimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. A situação do português no mundo é bem mais vantajosa que na U. E., pois ocupa a terceira posição das línguas ocidentais, atrás apenas do inglês e do espanhol, ou seja:

Na Europa comunitária, pelas últimas estatísticas levadas a cabo pelo Eurobarómetro, no âmbito do AEL 2001, o Português contabiliza apenas pouco mais de 3% do total dos cidadãos. O seu peso, a nível da UE, revela que as comunidades portuguesas e lusodescendentes residentes nos restantes países da UE não falam ou não dizem que falam a sua língua de origem, nem a exigem como disciplina escolar a que têm direito nas regiões em que habitam. Como resultado, a acreditar no que alguns teóricos têm vindo a anunciar, apesar de o Português poder ser língua de comunicação entre falantes de origem ou de ascendência portuguesa, o facto de esta língua não ser objecto de reprodução de geração para geração nem ser objecto de oferta mais ampla nos planos de estudos e de procura no ensino formal da Europa comunitária fará com que, no espaço de duas gerações, se

tanto, o Português desapareça como língua viva entre os milhões de cidadãos de origem portuguesa residentes em França, na Alemanha, no Luxemburgo, por exemplo, isto para considerarmos apenas o espaço actual da UE. (FARIA, 2001).

Para finalizar, vejam o que diz a fábula do linguista Adair Pimentel Palácio sobre a crise de identidade com a ingestão de estrangeirismos que comete a língua portuguesa:

Língua Portuguesa ficou atordoada. Viu-se diante de uma guerra sonora tão calamitosa que, se não fosse controlada rapidamente, desencadearia uma mudez continental. Muito doidona, enfurecida pela pressão dos súditos fiéis e vencida pelos argumentos incontesteáveis dos componentes de seu próprio corpo, nomeou a Linguística por interventora. Esta, embora sob protesto, deu fim à baderna. Pôs os pontos nos is explicando à mui formosa senhora toda complexidade de sua estrutura. Ela compreendeu. Sorriu, deu ombros e, assumindo sua própria natureza, dissolveu a assembleia. Os súditos mais fiéis ficaram a ver navios e a Língua evoluiu, entrando por uma perna de pinto e saindo por uma perna de pato... (apud CARVALHO, 1989, p.9).

Em suma: “é preciso cultivar a diferença linguística sem nacionalismo, é preciso cultivar nossa diferença e a diferença do outro.” A questão não é simples. Nestes termos, refletamos com Derrida: “Como defender a diferença lingüística sem ceder ao patriotismo, em todo caso a um certo tipo de patriotismo, e ao nacionalismo? É esse o desafio político atual”. Como dissemos inicialmente, o QECR pode e deve ser usado como referência na construção do ensino do PLE, mas esse uso deve evitar a banalização, a trivialização no sentido de neutralizar todos os conflitos e as contradições que são comuns a uma reflexão mais crítica, uma prática incondicional à forma e à autoridade da questão, à forma interrogativa do pensamento (DERRIDA, 2003, p. 16-17). A

nossa reflexão aqui proposta visa justamente a iniciar este debate acerca do QECR e as línguas menos prestigiadas, no caso específico, o PLE, além de repensar atuação da política da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

O QECR é mais uma alternativa para aqueles que trabalham com o português na modalidade de língua 2 (PLE), no sentido da compreensão das alteridades, da cidadania e da democracia num mundo sem fronteiras, em que “Navegar é preciso”, i.e., interagir, dialogar. Entretanto, isso só será possível se nos valermos dessa desconstrução (em termos derridianos) como direito incondicional de ser das ações humanas em que nada está livre do questionamento, nem mesmo a figura atual e determinada da democracia.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo : Perspectiva, 2005.
- CONSELHO DA EUROPA. **Quadro europeu comum de referencia para as línguas: aprendizagem, ensino, avaliação**. Lisboa: Asa, 2001.
- DERRIDA, J. **Sur parole, instantanés philosophiques**. Paris : Editions de l'Aube, 1999.
- _____. **A universidade sem condição**; trad. Evandro Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- _____. A escritura, mal político e mal lingüístico. In: _____. **Gramatologia**. trad. Mirian Chnaiderman e Renato J. Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- DINIZ, L. R. A. O quadro comum europeu de referencia para as línguas –sujeitos, estados nacionais e mercados. **Anais Eletrônicos**. Campinas-SP: Unicamp, 2007. Disponível em: < www.iel.unicamp.br/seer/seta/ojs/i.php?id=180&article=34&mode=pdf >
- ELIA, S. **A língua portuguesa no mundo**. São Paulo: Ática, 1989.
- FARIA, I. N. **A língua portuguesa no ano europeu das línguas**. Disponível

em: < <http://www.fl.ul.pt/pessoais/ailp/noticias/destaque.htm> > Acesso em: 23 mar. 2008.

- FOUCAULT, M. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Trad. Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- GADET, F. & PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**. Campinas: Pontes, 2001.
- GRIGOLETTO, M. Leitura sobre a identidade: contingência, negatividade e invenção. In: CORACINI, M. J. (Org.) **Práticas identitárias: língua e discurso**. São Carlos: Claraluz, 2006.
- OLIVEIRA, M. B. F. Alteridade e construção de identidades pedagógicas: (re)visitando teorias dialógicas. In: CORACINI, M. J. (Orgs.) **Práticas identitárias: língua e discurso**. São Carlos: Claraluz, 2006.
- ORLANDI, E. Identidade linguística escolar. In: SIGNORINI (org.) **Língua(gem) e identidade**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.
- PERRONE-MOISÉS, L. Derrida e as ciências humanas. In: FERREIRA, E. e OTONI, P. (Orgs.). **Traduzir Derrida: políticas e desconstruções**. Campinas: Mercado de Letras, 2006.
- RAJAGOPALAN, K. O conceito de identidade em linguística : é chegada a hora para reconciliação radical? In: SIGNORINI (org.) **Língua(gem) e identidade**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 1998.

Como citar:

ARAÚJO, Alex Pereira de. QECR e o ensino de português língua estrangeira: autonomia e alteridade. In.: RIBEIRO, Maria d'Ajuda Alomba (Org.). **Português como língua estrangeira na UESC: questões identitárias**. – Ilhéus-BA; Editus, 2013.

SOBRE O AUTOR



Doctor (PhD) in Memory: Language and Society from UESB (with scholarship from CAPES and scholarship from PDSE in France). He graduated in Portuguese and French (1995-2000), becoming a Master in Letters: Languages and Representations (2009-2011). He participated in the programs of the French Ministry of Foreign Affairs (Ministère des Affaires Étrangères): Connaissance de la France in 2000 and Profs en France (2007) at CAVILAM de Vichy (Blaise Pascal University). He is part of the Language Research Group, Power and Contemporaneity - GELPOC. He is currently an advisor to the Social Strategic Council of UFSB.